



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 680585 - PR (2021/0221481-4)

RELATOR : MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ
PACIENTE : J H M R DA S
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de J. H. M. R. DA S. em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ (HC n. 0020223-21.2021.8.16.0000).

Alega a impetrante que “o paciente (DN 3/12/2020) se encontra acolhido institucionalmente desde 24 de março de 2021 em razão da decisão proferida pelo juízo de primeiro grau. Com isso, foi retirado dos cuidados de sua prima Angélica Oliveira Silva, parente que estava com a guarda provisória concedida em 26/2/2021 nos autos da ação de guarda cumulada com adoção (autos n. 0002509-88.2021.8.16.0019), ajuizada em 5/2/2021(documento anexo -mov. 273.1 autos originários). Vale dizer que a guarda provisória foi concedida após a equipe técnica constatar ser a única pessoa da família extensa com interesse e condições de cuidar da criança (documentos anexos).” (fl. 5).

Requer a concessão da liminar para determinar o desacolhimento do paciente a fim de restabelecer a guarda provisória concedida à Angélica Oliveira Silva.(fl.13).

É, no essencial, o relatório. Decido.

Nos termos da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, “não é admissível a impetração de” (HC 574.439/SP, Rel. habeas corpus como sucedâneo ou substitutivo do recurso ordinário cabível. Ministro MOURA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, julgado em 18/8/2020, DJe 26/8/2020).

No presente caso, evidenciado está que o presente *writ* visa impugnar decisão interlocutória que determinou o acolhimento institucional do menor, medida para o qual seria cabível o agravo de instrumento.

Ademais, compulsando os autos, verifico que, à primeira vista, inexistente ilegalidade evidente que justifique a tomada de providências cautelares por esta Corte.

Isso porque a decisão que determinou o acolhimento da criança – feita pelo juiz de primeiro grau e que está, portanto, mais próximo do contexto – foi devidamente fundamentada e embasada nos seguintes argumentos:

Considerando a informação de mov.302, onde se verifica que a atual guardiã não tem demonstrado condições de permanecer com a criança, a pontada exposição de imagem e uso do pequeno João Henrique e também sua genitora, ainda adolescente, nas redes sociais, para obter doações, acolho a sugestão da equipe técnica, reforçada pelo parecer ministerial de mov.306, como razões para decidir e determino o imediato acolhimento de João Henrique Marinho Ribeiro da Silva na entidade Pequeno Anjo (fl. 23)

Cumpra-se observar que a referida decisão não foi proferida em contexto isolado. Ao contrário, dos documentos juntados observa-se, ainda, que o caso da criança vem sendo acompanhado pela Justiça da Infância e Juventude desde a sua gestação, sendo certo que a medida extrema foi adotada após inúmeras diligências e acompanhamentos pela Vara (fls. 24-29 e 30-31).

De igual sorte, impetrado HC no Tribunal de origem foi este indeferido, com os argumentos constantes da seguinte ementa:

HABEAS CORPUS. DECISÃO QUE DETERMINOU A RETIRADA DO INFANTE DE SUA GUARDIÃ PROVISÓRIA E SEU ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL. UTILIZADO COMO SUBSTITUTIVO DE WRIT RECURSO ORDINÁRIO. NÃO CONHECIMENTO. POSSIBILIDADE, NO ENTANTO, DE CONCESSÃO DA ORDEM DE OFÍCIO, QUE IMPÕE A ANÁLISE DE SEU MÉRITO. GUARDIÃ PROVISÓRIA QUE, EM POSTAGEM NA REDE SOCIAL “FACEBOOK”, EXPÕS INDEVIDAMENTE A IMAGEM DO INFANTE, PEDINDO DOAÇÕES PARA ELE E PARA SI, FERINDO SUA DIGNIDADE. NECESSIDADE DE MELHOR INSTRUÇÃO PROBATÓRIA A FIM DE AVERIGUAR SE A ENTÃO GUARDIÃ PROVISÓRIA REÚNE CONDIÇÕES PARA EXERCER A PARENTALIDADE, DEVENDO A CRIANÇA, POR MEDIDA DE CAUTELA, PERMANECER ACOLHIDA NESTE INTERREGNO. ADEMAIS, POSTULANTE A GUARDIÃ PROVISÓRIA QUE É PRIMA DO GENITOR DO MENOR, NÃO MANTENDO LAÇOS FETIVOS COM O INFANTE OU SEUS PAIS, DE MODO A TRAZER QUESTIONAMENTOS QUANTO À POSSIBILIDADE DE SER CONSIDERADA MEMBRO DA FAMÍLIA EXTENSA, E TAMBÉM QUANTO À HIPÓTESE DE BURLA AO CADASTRO – E ORDEM – DE FAMÍLIAS SUBSTITUTAS. ORDEM DENEGADA EM DEFINITIVO.

Ante o exposto, inexistindo ilegalidade aparente, com fundamento no art. 21, XIII, c, c/c o art. 210 do RISTJ, indefiro liminarmente o presente habeas corpus.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 17 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente